

**Literatura e nacionalismo:
o romance como espaço de consolidação de valores “nacionais”**

*Literature and nationalism:
the novel as a space of consolidation of “national” values*

Maurício BRUM¹
Maíra Oliveira dos SANTOS²

Resumo

Nesse estudo, revisamos algumas das principais considerações a respeito do nacionalismo, de modo a entender como a escrita de romances ajudou historicamente a construir uma incipiente ideia de nação. Partimos do exemplo dos primeiros romances ingleses, escritos ainda no século XVIII, considerando sua contribuição para elaborar uma “inglesidade”. Propomos uma reflexão sobre a forma como esses textos constituíram-se como um espaço de formação de pensamentos que, com o tempo, seriam encarados como valores “nacionais”. Essas representações colaboraram para a “naturalização” do sentimento de pertencimento à comunidade nacional, fazendo com que as características ali apresentadas fossem encaradas como intrínsecas à população de determinado lugar.

Palavras-chave: Identidade nacional. Nacionalismo. Romance.

Abstract

In this study, we review some of the main thoughts on nationalism, in order to understand how the writing of novels have historically helped to build an emergent idea of nation. We use the example of the early English novels, written in the 18th century, considering their contributions to the development of an “Englishness”. The paper suggests a reflection on how these texts constituted themselves as a space to mature thoughts that, over time, would be regarded as “national” values. These representations have contributed to “naturalize” the sense of belonging to the national community, making the features depicted in the novels to be seen as inherent to the people from a certain place.

Keywords: National identity. Nationalism. Novel.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: mauribrum@gmail.com

² Graduanda em Letras (Licenciatura) - Língua Inglesa e Literaturas de Língua Inglesa na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: mairaosn@gmail.com

Introdução

Em seu estudo sobre a formação dos Estados nacionais, Benedict Anderson (2008) opõe-se à definição da nação como se ela fosse essencial ou intrínseca, despidendo-a de aspectos como os professados pelos primeiros ideólogos nacionalistas, segundo os quais a nação proviria de condicionamentos naturais, estáveis e absolutos aos quais seus habitantes estariam submetidos. Para Anderson, ao contrário, ocorre uma construção: as nações são “comunidades imaginadas” pelos indivíduos que as compõem, e os Estados se utilizam de diferentes meios para garantir, entre outras coisas, a aparência de uma filiação a um passado imemorial que justamente negue a existência de tal construção – negação esta que confere à nação uma imagem de antiguidade e perenidade.

A compreensão da constituição dessas comunidades imaginadas exige a análise de diferentes aspectos que expliquem a naturalidade que elas adquiriram – como argumenta Gellner, é possível imaginar uma situação em que o Estado esteja ausente, mas “a ideia de um homem sem nação parece impor uma tensão muito maior à imaginação moderna” (GELLNER, 1993, p. 18). Para que essas comunidades se estabeleçam, é preciso que consolidem também determinadas ideias e políticas e, garantindo a identificação mútua dos indivíduos – entre os próprios indivíduos, uns com os outros, e na sua relação com a nação. Partindo do entendimento de que “a condição nacional [*nation-ness*] é o valor de maior legitimidade universal na vida política dos nossos tempos” (ANDERSON, 2008, p. 28), o estudo das comunidades imaginadas é elaborado no sentido de explicar as distintas maneiras em que essa *nation-ness* se coloca como fato consumado e aparentemente inerente aos que pertencem àquela comunidade.

A questão que permeia o trabalho de Anderson é precisamente esta: longe de serem naturais, a *nation-ness* e a nacionalidade (e tudo o que elas implicam no modo de agir e pensar dos indivíduos) são “produtos culturais específicos” (ANDERSON, 2008, p. 30). Exemplificando as maneiras como diferentes pessoas e grupos humanos passam a se imaginar enquanto membros de uma mesma comunidade, que modernamente busca se organizar em um Estado nacional, a argumentação de *Comunidades Imaginadas* toca numa questão fundamental para o presente artigo: a importância do “capitalismo editorial” nesse processo.

Se começamos esta reflexão recorrendo a Anderson, não é tanto por seus comentários sobre o nacionalismo em si, um debate que extrapolaria nosso objetivo: interessa-nos, aqui, o apontamento do autor na direção da palavra escrita – livros em geral, mas também jornais – como uma das bases da constituição e internalização de valores sustentados pelas sociedades contemporâneas. Valores os mais diversos, incluindo, sobretudo a partir do século XIX, aqueles claramente impregnados de cores nacionalistas. Mesmo antes de o nacionalismo se colocar como uma questão preponderante, já encontramos elementos no discurso literário que virão a formar parte do que depois será visto como uma identidade nacional. Ao mesmo tempo, o fato de diferentes valores serem colocados em discussão dentro da literatura (e, mais especificamente, do romance produzido a partir do século XVIII), permite uma análise sobre esse campo enquanto uma arena nos debates das ideias da época.

Sendo “a primeira mercadoria industrial com produção em série ao estilo moderno” (ANDERSON, 2008, p. 66), o livro exerceu um papel importante em diversas frentes, no período de concretização dessas comunidades amplas que rompiam com o velho fracionamento feudal: os livros produzidos e difundidos em série ajudaram a fixar a língua de regiões extensas (o número de letrados, embora reduzido, estava crescendo), oferecendo um fator a mais de identificação e de proximidade cultural – e uma noção da extensão geográfica em que essa identificação era válida –, facilitando a percepção em cada indivíduo de que milhares ou mesmo milhões de outras pessoas guardavam traços em comum com ele próprio, pertencendo a uma comunidade que poderia ser a mesma. Mais do que essa função básica de identificação, porém, os livros guardavam uma função estratégica enquanto disseminadores de ideias, fortalecendo e legitimando determinados pensamentos e narrativas em detrimento de outros.

Considerando essa importância na disseminação e legitimação de ideias e valores, pretendemos na sequência deste trabalho elaborar um breve comentário sobre os inícios do que se considera o moderno romance inglês, no século XVIII, período em que questões relativas ao indivíduo começam a se fazer prementes, e sobre como essas obras serviram de arena e de portadoras de discursos dentro das disputas de ideias então vivenciadas. Se não colocamos a questão da nação e da sua formação como foco principal, até porque muitas vezes ela ainda não aparece nesse momento nos termos mais definitivos que adquirirá a partir do século XIX, não é difícil perceber que as

discussões literárias permeadas pela defesa de determinados valores e a ascensão de narrativas que destacavam experiências cotidianas (em detrimento da literatura e da história feitas até então, que em geral valorizavam os “grandes homens” e seus exemplos) trazem em seu subtexto um elemento de identificação e empatia com o leitor que depois poderia e viria a ser qualificado também sob uma roupagem nacional. Se os temores provocados na Inglaterra pela Revolução Francesa, pouco antes da passagem do século XVIII para o XIX, geram uma disputa entre narrativas radicais e reacionárias, colocando em destaque – sobretudo a partir de Edmund Burke – uma preocupação com o declínio da “age of chivalry” e com os riscos impostos ao sistema político vigente, o que se coloca aí também pode ser interpretado como uma defesa de valores que com o tempo seriam (ou seus ideólogos ambicionariam que fossem) ultimamente imaginados como inerentemente *ingleses* e mais “civilizados”.

A ascensão do indivíduo e a ascensão do romance

Antes de nos aprofundarmos no caso específico do romance inglês nessa sua etapa de “ascensão” – para usarmos o termo de Ian Watt (1990) – na acepção moderna, é conveniente abordar a questão do indivíduo dentro da sociedade. A importância conferida ao individualismo – situação que aumenta seu peso sobretudo a partir da proeminência gradativa que a razão ganha na Era Moderna – também se relaciona com a própria forma que o romance vai adquirir, na escolha de suas temáticas e na forma de abordá-las. Como comenta Samuel Mateus (2011, p. 94), “até o fim da Idade Média só encontramos um homem subsumido pela colectividade em que está inserido, acorrentado aos costumes e a um papel previamente determinado pelo seu nascimento”. Isso se modifica, contudo, durante a modernidade, com o desenvolvimento de pensamentos filosóficos que cada vez mais valorizarão o pensamento racional, a personalidade, a subjetividade e, derivando disso, a liberdade individual.

Uma vez fortalecidas, essas noções do individual chegarão ao século XVIII com o entendimento de que o indivíduo não só não tem um papel determinado desde seu nascimento (um papel estável em função dos costumes de sua comunidade), como também passa a ser visto enquanto parte constitutiva dessa comunidade e dotado de (certa) liberdade de ação. Ele seria, ademais, capaz de influenciar (até certo ponto) na

conformação dessa comunidade – sem que, no entanto, deixe de depender dos outros indivíduos que compõem a sociedade, como argumentará Norbert Elias. Dentro do Iluminismo, com efeito, o homem passa a ocupar um papel central que resume a nova visão e a atenção maior conferida à individualidade. Nos termos de Ernest Renan (2000, p. 58), isso está na base de um retorno à noção de cidadania: “todo lo había cambiado el siglo XVIII. El hombre, después de siglos de abatimiento, había retornado al espíritu antiguo, al respeto de sí mismo, al ideal de sus derechos. Las palabras ‘patria’ y ‘ciudadano’ habían recobrado su sentido”.

Elias (1990, 1993), analisando o que chamou de “processo civilizador”, procurou investigar a maneira como espaços geográficos mais extensos foram sendo reunidos de forma gradativa sob aparelhos governamentais centralizados. Isto é, sobre como os indivíduos, sem que houvesse um planejamento prévio, caminharam para uma organização sob a tutela de Estados que, nos termos weberianos aos quais Elias se refere, passariam a deter o “monopólio do uso legítimo da força física” (WEBER, 1982, p. 98), bem como da tributação. Para Elias, uma explicação plausível passava pela compreensão de um contexto em que se percebia a maior diferenciação das muitas funções sociais, o que vinha em si acompanhado de uma série de modificações na forma como a sociedade se organizava, quando comparada ao estágio anterior do feudalismo.

O aumento da interdependência entre os indivíduos e um fortalecimento da moeda como forma de regular as trocas comerciais, uma vez que a cadeia entre os produtores e os receptores se alongava a tal ponto que tornava inviável a simples troca de mercadorias, contribuiu para o declínio da nobreza guerreira feudal. Com a monetarização da sociedade, fortalecia-se também o poder central, já que detinha o monopólio da tributação e do exercício legítimo da coerção física, numa relação mutuamente reprodutiva entre os dois monopólios: a possibilidade de controlar contingentes para exercício da força física era mantida pelo dinheiro obtido através da tributação, e a continuidade da tributação, por sua vez, era assegurada por esses contingentes.

Robustecido o poder central, reduzia-se, por um lado, o peso anterior exercido pelos membros da nobreza guerreira, empobrecida tanto em capital financeiro quanto simbólico, uma vez que se via desprovida de sua antiga função de proteção dos indivíduos que a ela estiveram submetidos. Abria-se também caminho para a ascensão

da burguesia, dotada do capital econômico para garantir uma proeminência social e também prática, como, por exemplo, no caso da ocupação de postos burocráticos dentro da estrutura do Estado – além de uma vontade por maior poder político, que julgava condizente com sua nova pujança econômica.

Elias argumenta que a maior diferenciação de funções, acompanhada por uma noção mais concreta da individualidade e do papel do indivíduo dentro da sociedade, trazia a necessidade de este indivíduo autorregular suas pulsões, internalizando um estado de comedimento constante que permitisse seu funcionamento dentro da comunidade. Em *A Sociedade dos Indivíduos*, ensaio escrito na mesma época em que *O Processo Civilizador* originalmente veio a público³, explica: “o que chamamos ‘individualidade’ de uma pessoa é, antes de mais nada, uma peculiaridade de suas funções *psíquicas*, uma qualidade estrutural de sua auto-regulação em relação a outras pessoas e coisas” (ELIAS, 1994, p. 54).

Trata-se da formação de uma noção da individualidade, e da relação dela com a própria sociedade “civilizada”, moldando-a e sendo, ao mesmo tempo, moldada por ela. Elias contribui ao problematizar a relação entre o indivíduo que ganhava proeminência no pensamento europeu e o sistema social no qual ele se inseria, num contexto em que o Estado começava a incorporar – além de suas funções burocráticas, repressivas e estruturantes – uma ideia de nação, com a identidade e os valores comuns que isso implica. Dentro de tal cenário, joga um rol fundamental a ascensão da burguesia como portadora das ideias de individualidade e individualismo, e sua relação intrínseca com um novo entendimento da literatura e da função desta literatura dentro da disputa de valores – que levará, por fim, às características que tornariam o romance um gênero tão “diferente” do que se escrevia antes.

A narrativa do cotidiano

Como argumenta Ian Watt em seu estudo seminal sobre o romance, este gênero se caracteriza por um “realismo” – entendido não em seu sentido filosófico, nem em termos do posterior movimento Realista, e sim em relação à tentativa de imitação da

³ Norbert Elias publica *O Processo Civilizador* em 1939, mesmo ano em que escreve *A sociedade dos indivíduos*.

realidade plausível dentro da obra literária, sendo compreendido em Watt como um “realismo formal” – que não marcava produções anteriores, como a epopeia. “O romance é a forma literária que reflete mais plenamente [a] reorientação individualista e inovadora”, tendo como “critério fundamental [...] a fidelidade à experiência individual – a qual é sempre única e, portanto, nova” (WATT, 1990, p. 14-5). Anteriormente, argumenta o autor, o enredo era norteado pela busca de um tipo humano exemplar, um personagem com traços baseados na História e na fábula, concentrando valores que servissem de modelo.

Isso não era limitado à literatura de ficção, e é importante ter presente o entendimento de que a delimitação dos gêneros literários não era tão clara como hoje. O próprio romance, embora seus autores já parecessem perceber que produziam algo distinto, sequer havia assumido um nome próprio, e em mais de um enredo há a tentativa de atribuir o texto ao conteúdo de cartas ou de manuscritos casualmente encontrados pelo autor, ao invés de admitir explicitamente o livro como uma ficção elaborada por ele. Esse debate, então, dizia respeito à produção literária num sentido amplo, incluindo a escrita da História, e a discussão era feita mesmo em volumes que hoje não consideraríamos mais do que obras de ficção. Como argumenta Ruth Mack (2009, p. 3), “eighteenth-century British thinking about the nature of historical knowledge can be seen most strikingly in prefaces, novels, and literary criticism, rather than in formal philosophical or historical discourse”.

O que se colocava aí, em conformidade com o pensamento que ganhava relevância, era uma busca por romper com a visão da História como apenas feita (e escrita) pelos e para os grandes homens. A mudança paradigmática que então perpassará a escrita da História e da literatura de ficção, no que depois se configurará como o romance (esse gênero que busca se acostar à realidade da sociedade na qual estão inseridos os indivíduos), é uma pretensão de não mais resumir o enredo ao tipo humano exemplar, aproximando as narrativas a experiências comuns. Agora “o enredo envolveria pessoas específicas em circunstâncias específicas” (WATT, 1990, p. 17). Há que se falar, na literatura e na História, não somente da política, em termos grandiloquentes e insondáveis, mas da sociedade, desta *sociedade de indivíduos* (fazendo um jogo com as palavras de Elias) em que as atitudes individuais estão presentes e têm um peso.

Este novo pensamento seria uma das grandes forças no estabelecimento do novo gênero e na possibilidade que se abria de utilizá-lo estrategicamente como veículo portador de ideias e valores. “[A] referência funciona nos mundos ficcionais enquanto permanecem compatíveis com o mundo real [...]. A literatura mistura continuamente o mundo real e o mundo possível: ela se interessa pelos personagens e pelos acontecimentos reais”, escreve Antoine Compagnon (2001, p. 136), de modo que “a personagem de ficção é um indivíduo que poderia ter existido num outro estado de coisas”.

O que decorre da busca por realismo é uma consequente identificação do leitor com o enredo e os personagens ali apresentados. O discurso imperativo sobre o modo de agir e o mero exemplo dão lugar a uma construção mais sutil, e talvez por isso mais poderosa, na qual a empatia dita as reações do leitor, que se envolve com a narrativa de um modo não experimentado antes:

Os romances apresentavam a ideia de que todas as pessoas são fundamentalmente semelhantes por causa de seus sentimentos íntimos, e muitos romances mostravam em particular o desejo de autonomia. Dessa forma, a leitura dos romances criava um senso de igualdade e empatia por meio do envolvimento apaixonado com a narrativa (HUNT, 2009, p. 39).

As considerações de Hunt sobre a mudança na forma de encarar os sentimentos, na maior identificação de um homem ou de uma mulher individuais com outros, são postas em seu trabalho com o objetivo de explicar a origem da noção moderna de direitos humanos, algo que se dá – e a argumentação é no sentido de que não se trata de um acaso – na mesma época em que o romance está sendo consolidado. Como comenta Hunt, certas posturas antes naturalizadas, como o ato de um nobre despir-se sem pudores diante de seus camareiros, só poderiam ser alterados a partir da percepção de que esses servidores também eram homens e mulheres capazes de sentir e pensar criticamente – e que esse sentimento importava, bem como as reações dessas pessoas –, provocando um comedimento que antes não havia frente a eles. Ao perceber como homens e mulheres (como *iguais*) esses indivíduos antes desprezados, poderia então emergir uma noção de direitos humanos enquanto realidades “autoevidentes” e universais.

Essa mudança de procedimento individual descrita por Hunt lembra o processo que Elias procura elucidar. Em Elias, é a crescente interdependência entre os seres humanos que provoca uma internalização de novas posturas e regulações das pessoas dentro da vida em sociedade, algo que está ligado a uma nova organização da própria sociedade. Em Hunt, vemos um termo chave que ajuda a compreender tal alteração no modo de agir: a empatia. A empatia, diretamente relacionada com uma nova forma de ver o mundo e o estar no mundo, torna também os romances poderosos. Poder que vem na medida em que estas produções literárias buscam relatar situações “realistas” que, mesmo quando não pudessem ser vivenciadas pelo leitor, tinham suficientes elementos de identificação que o permitissem se colocar no lugar dos personagens e experimentar uma resposta em função da sorte destes.

Isso se manifesta no romance, não apenas na escolha de temáticas e na forma de elaborar a narrativa ficcional, mas – como argumenta Ruth Mack – numa discussão mais explícita que se dá dentro do texto, ou no mínimo nos prefácios e críticas literárias da época. Em *Joseph Andrews*, de 1742, Henry Fielding coloca seu narrador a refletir sobre como o escritor tem o poder de, optando por uma escrita sobre o cotidiano, criar exemplos mais relevantes, familiares e consistentes do que os da História de grandes homens escrita até então (GALLAGHER, 2012, p. 641). Podemos argumentar, como já apontamos, que a vontade de dar qualquer tipo de “exemplo” no texto era, em si, uma necessidade já em declínio. Mas retiremos o termo “exemplo” e as considerações no trabalho de Fielding permanecem pertinentes: havia um entendimento de que a literatura de ficção, particularmente nesse novo ramo que depois viria a ser chamado de *novel*, era capaz de tocar mais fundo nos leitores do que a narrativa histórica, pois exibia elementos com os quais eles podiam se identificar facilmente, na experiência particular e cotidiana. Assim, o narrador de Fielding envolve-se “in arguments that support a ‘particular’ form as against a more general one” (GALLAGHER, 2012, p. 642).

Discussões dentro do romance: valores a defender e a questionar

A experiência cotidiana que ganha lugar na literatura o faz, portanto, em íntima relação com o aumento da importância conferida ao indivíduo, situação de um contexto em que a burguesia assume um papel de destaque – e passa, então, a buscar colocar seus

valores frente àqueles da nobreza. O romance moderno “nasce” com esses valores estéticos e morais e, ao mesmo tempo, acaba sendo utilizado, de forma mais ou menos explícita, para reproduzi-los ou questioná-los, em especial num momento como o da Revolução Francesa e dos reflexos que ela provoca na Inglaterra. Nas palavras de Sandra Vasconcellos:

Fruto dos ideais iluministas, o romance surgiu na cena literária como expressão artística de um espírito democrático e, ainda que sua maleabilidade lhe tenha permitido acolher uma multiplicidade de vozes e valores morais, ele serviu sobretudo para exprimir uma certa visão de sociedade que os romancistas procuraram traduzir em termos artísticos. Nesse sentido, o novo gênero não se limitou a refletir os valores de seu tempo, mas ajudou a criá-los (VASCONCELLOS, 2007, p. 23).

Convertido em arena para essas discussões, o romance teria “desempenhado função importante na criação de uma espécie de identidade de classe para os estratos sociais médios ascendentes, antes mesmo que essa classe existisse na sua acepção moderna” (VASCONCELLOS, 2007, p. 21-2). Os valores colocados em questão se diversificam de tal modo que seria necessária uma análise mais aprofundada e específica de cada livro para entrarmos nos méritos particulares que julgamos. Para nosso propósito, aqui, citaremos apenas alguns exemplos breves e pontuais de como as ideias (quaisquer que sejam) aparecem e são disputadas dentro desse gênero literário.

Poderíamos começar recorrendo novamente a Watt, que centraliza seu estudo nas obras clássicas de Daniel Defoe, Samuel Richardson e Henry Fielding e, a respeito do primeiro deles, argumenta como *Robinson Crusoe* exerce um papel essencial ao posicionar o indivíduo em destaque – o que, na interpretação de Watt, poderia servir até como um alerta às consequências do individualismo absoluto. *Robinson Crusoe* traz uma quebra em relação às narrativas anteriores: se o personagem pode almejar uma condição de representante universal, como alguns argumentam, já não é mais por agir de forma pretensamente exemplar, mas porque “tudo o que faz, pensa, sofre ou deseja é o que cada homem pode imaginar-se fazendo, pensando, sentindo ou desejando” (COLERIDGE *apud* WATT, 1990, p. 71). Mesmo que Defoe não pretenda que seu personagem se destaque pelos padrões de virtude, religião, mérito e bondade vigentes, o contexto já não permite que ele seja interpretado a partir de outro olhar: “esses padrões

representam de fato o plano moral em que se situam os romances de Defoe e segundo o qual seus heróis devem ser julgados” (WATT, 1990, p. 71).

Com seu protagonista submetido ao isolamento extremo, *Robinson Crusoe* é então julgado de acordo com esses padrões, mas ao mesmo tempo contribui para trazer à tona as ideias vigentes da época, uma vez que “a ilha lhe proporciona a oportunidade única de concretizar o grande anseio da civilização moderna: a absoluta liberdade econômica, social e intelectual do indivíduo” (WATT, 1990, p. 77). Abordando a narrativa desta maneira, e em termos que provoquem uma identificação do leitor, Defoe problematiza determinadas concepções de mundo e sugere uma nova interpretação, como será constante em outras produções de romancistas do período: se há “[u]ma voz interior [que] continuamente sugere que o isolamento humano alimentado pelo individualismo é doloroso e tende a levar à animalidade apática e ao desequilíbrio mental” (WATT, 1990, p. 80), *Robinson Crusoe* serve para que seu autor aponte noutro sentido, afirmando que tal solidão “pode se tornar o prelúdio da realização mais plena das potencialidades de cada indivíduo”, transformando a necessidade em virtude e dando uma nova forma para se encarar a solidão, esta última vista como a “imagem universal da experiência individualista” (Ibid.).

Voltamos a reiterar que nos interessa, aqui, não uma análise desses valores, e sim comentar a maneira como o romance serve para discuti-los. Essa condição se fará ainda mais perceptível num momento posterior às primeiras obras analisadas por Watt, quando, na Inglaterra, os temores provocados pela Revolução Francesa levam a uma oposição clara entre discursos “radicais” e “reacionários”, com o contexto político influenciando a maneira como o sentimento era abordado nessas obras. Claudia Johnson (1995) analisa exaustivamente esse momento de crise, centralizando sua observação na autoria feminina e nas representações de gênero dentro de um cenário em que as *Reflections on the Revolution in France* (1790), de Edmund Burke, sem serem elas próprias um romance, inspiram uma geração de autores de ficção a fazer uma defesa do “sentimentalismo” (masculino, ressalte-se) que estaria ameaçado pela brutalidade do radicalismo revolucionário.

Em Burke, uma cena essencial para a sua argumentação é a vívida e emotiva descrição da invasão do palácio real francês, com a turba revolucionária atacando a impotente rainha Maria Antonieta: “Burke is not so much lamenting the fall of Marie-

Antoinette as he is the fall of sentimentalized manhood, the kind of manhood inclined to venerate her” (JOHNSON, 1995, p. 4). Burke relaciona a violação da rainha à extinção da “glory of Europe”, e faz uma comparação entre o corpo dela, agora indefeso, e o risco àquele sistema de ideias que costumava sustentar as nações. Em seu trabalho, essa relação é feita em termos de gênero mais de que nacionalismo (este um debate ainda apenas em formação), e sua afirmação de que “the age of chivalry is gone” se dá nesse sentido. O problema, observado por diferentes autoras da época, era não somente a hipocrisia de um modelo de comportamento que se dizia sentimental e defensor das mulheres – que, na realidade, seguiam oprimidas –, mas também o impasse que colocava em relação ao gênero, segundo a argumentação de Claudia Johnson.

Talvez nada seja mais indicativo da forma como os romances se constituem nessa época como um palco para a discussão de ideias do que um texto como as *Reflections* gerar tantas respostas – favoráveis e contrárias – em obras que identificaríamos hoje como de ficção. Em seu *The Wrongs of Woman* (1792), Mary Wollstonecraft procura atacar a argumentação apresentada por Burke, vendo “little hope for social change so long as men like Burke unsexed themselves by holding to the sentimental premise that ‘humanity to women is the characteristic of advancing civilization’” (JOHNSON, 1995, p. 8). Para Wollstonecraft, a “humanity” defendida por Burke se baseava num sistema de valores e condutas que reduziria os homens ao status de mulheres – assumindo posturas sentimentais tradicionalmente vistas como femininas – e as mulheres ao status de crianças, passivas e sem um papel autônomo, privadas até mesmo desse sentimento que agora – ao menos para Burke – deveria ser masculino para garantir que determinado grupo humano fosse “civilizado”. Que Wollstonecraft, como mulher, pudesse fazer essas críticas, é uma demonstração de algo apontado por Ruth Mack, dentro da nova forma de ver a História que comentamos acima: “the move away from history as the actions of great men [...] opens up a gap between history making and history writing, and so opens up the possibility of women writing about a history in which they could not participate” (MACK, 2009, p. 11).

Mas tal abertura não significava um caminho sem obstáculos, como a própria dificuldade de acesso da autoria feminina ao cânone evidencia. Wollstonecraft seria em grande parte desacreditada, em função do tom de seu texto e da própria trajetória pessoal da autora, que contrariava os valores hegemônicos que se pretendia defender na

época, algo que lhe rendeu uma tacha de “radical”. Com efeito, a influência das *Reflections* de Burke e de outros trabalhos no estilo, cujo tom alarmante e fatalista ganhou um argumento a mais no período do Terror na França, complicou a abordagem literária de termos e temas que antes eram usados com facilidade. Para não se cair no descrédito imediato e, ainda assim, elaborar um questionamento às ideias vigentes, o que se exigia eram manobras de escrita que impedissem determinado livro de ser visto como “radical”, a ponto até de alguns críticos literários (mesmo contemporâneos) sequer considerarem a existência de tais questionamentos nessas obras.

Para Claudia Johnson, este será precisamente o caso do trabalho de Jane Austen: fortemente informada pelas autoras que a precederam, ela se diferenciaria na medida em que elabora uma crítica contundente sem usar uma linguagem tão explícita como a de Wollstonecraft, deixando nas entrelinhas a mensagem de questionamento à hipocrisia de valores patriarcais. “[Austen’s] ‘silence’ permitted her to rewrite the lexicon of conservative discourse [...], and thereby to dismantle myths propounded by anti-Jacobin novelists without seeming necessarily to imply a Jacobin wish to see society radically reconstituted” (JOHNSON, 1988, p. XXV). Como argumenta Johnson, Austen não despolitizou seus trabalhos, mas os *despolemizou*, conseguindo evitar o descrédito imediato ao qual era submetido um tipo de discurso questionador já estigmatizado. Isso também a permitiu, a longo prazo, assegurar uma perenidade maior para sua obra, ao mesmo tempo em que levava à reflexão sobre as ideias em disputa na sociedade de então.

Considerações finais

Sem entrar no mérito das obras em si e dos valores particulares que elas desejavam discutir, a reflexão que construímos é precisamente sobre a possibilidade de discussões que elas abriam, sua constituição como arena de debates e, finalmente, como um espaço de formação de pensamentos e valores – valores que depois se tornariam, também, nacionais. Se a questão do nacionalismo ainda não se coloca explicitamente nos romances acima referidos, há um subtexto nas temáticas e nos enredos, no modo de vida cotidiano descrito por eles, que de uma forma ou de outra vai sendo incorporado (ou, num sentido oposto, convenientemente apagado) do imaginário. Como argumenta

Rita Schmidt: “[n]o processo de constituição da identidade nacional, o domínio da cultura literária e da cultura nacional [...] foram histórica e discursivamente construídos de modo a convergir num todo coerente e estável” (SCHMIDT, 2000, p. 87). Falando do caso inglês, Claudia Johnson comenta:

During the 1790s, a man’s “benevolent nerves” carried a *national agenda*: they were formed by and guaranteed the continuation of the charm, the beauty, the hospitality, and the goodness of Old England itself, which liked its gallant old ways even if they did not make sense, and which won our love, veneration, and loyalty (JOHNSON, 1995, p. 198).

Aparecendo de distintas formas nos romances, mesmo nas vezes em que não passa de um pano de fundo, esse subtexto contribui para a produção de uma ideia que ultrapassa os próprios valores e padrões de conduta e, ao longo do século XIX, vai se constituir como um dos mais “naturais” sentimentos: o pertencimento à comunidade nacional, o compartilhamento de características tidas como intrínsecas daquele lugar, não por serem realmente intrínsecas, mas por estarem representadas de modo a serem entendidas como tal. Como diz Stuart Hall, “[n]ós só sabemos o que significa ser ‘inglês’ devido ao modo como a ‘inglesidade’ (*Englishness*) veio a ser representada – como um conjunto de significados – pela cultura nacional inglesa” (HALL, 2000, p. 48-9), de modo que “[a]s pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da *ideia* da nação tal como representada em sua cultura nacional” (ibid.). Nesse sentido, é possível argumentar que os romances estiveram entre as ferramentas culturais mais importantes e poderosas na construção e consolidação dessa representação.

Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

DOSSE, François. *O Desafio Biográfico*. São Paulo: USP, 2009.

- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador, v. I: Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador, v. II: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- ELIAS, Norbert. A Sociedade dos Indivíduos (1939). In: _____. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p. 11-60.
- GALLAGHER, Noelle. Historiography, the Novel, and Henry Fielding's Joseph Andrews. *SEL – Studies in English Literature 1500-1900*, Johns Hopkins University Press, v. 52, n. 3, p. 631-650, Summer 2012.
- GELLNER, Ernst. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- HALL, Stuart. As culturas nacionais como comunidades imaginadas. In: _____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 47-65.
- HUNT, Lynn. *A Invenção dos Direitos Humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- JOHNSON, Claudia L. *Jane Austen: Women, Politics and the Novel*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.
- JOHNSON, Claudia L. *Equivocal Beings: Politics, Gender, and Sentimentality in the 1790s*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- MACK, Ruth. *Literary Historicity: Literature and Historical Experience in Eighteenth-Century Britain*. Stanford: Stanford University Press, 2009.
- MATEUS, Samuel. O Indivíduo pensado como forma de Individuação. *Estudos em Comunicação*, Covilhã, n. 10, p. 93-106, dez. 2011.
- RENAN, Ernest. ¿Qué es una nación?. In: FERNÁNDEZ BRAVO, Álvaro (comp.). *La Invención de la Nación*. Buenos Aires: Manantial, 2000.
- SCHMIDT, Rita Terezinha. Mulheres reescrevendo a nação. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 84-97, 2000.
- VASCONCELLOS, Sandra Guardini. *A Formação do Romance Inglês*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2007.
- WATT, Ian. *A Ascensão do Romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- WEBER, Max. A política como vocação. In: GERTH, Hans H.; MILLS, C. Wright (org.). *Ensaio de Sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982, p. 97-153.